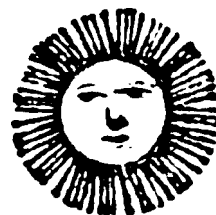


Bilac em Lisboa

Antonio Dimas*



* Universidade de São Paulo.

Para
Elza Miné.

Ainda está por ser feito um trabalho minucioso sobre as viagens constantes de Bilac (1865-1918) à Europa e a Portugal, em particular.

Em 1890, ao atravessar o Atlântico pela primeira vez, Bilac gozou da *ventura de apertar a mão de Eça de Queirós, numa fria noite de dezembro de 1890*. Comboiado por Eduardo Prado e por Domício da Gama, o poeta brasileiro foi conhecer de perto a *pequena casa do bairro dos Campos Elísios, [...], onde Eça, casado e feliz, criara para gozo seu e gozo dos seus amigos um encantado recanto de paz e trabalho no meio da tumultuosa agitação da grande cidade*.¹

Mais que simples recordação ou comovido necrológio, essa crônica, escrita dez anos de-pois da viagem, demarca o primeiro dos dois pontos fortes do contacto do poeta brasileiro com Portugal. Num primeiro momento, quando de suas primeiras idas à Europa, seus interesses orientavam-no num sentido rigorosamente literário ou de confirmação e reafirmação de nossas fontes culturais. Mais tarde, já na segunda década deste século, tais viagens adquirem caráter político e cívico, dentro de um contexto ideológico inteiramente diferente, seja no plano dos interesses políticos internacionais, seja no plano individual do antigo poeta parnasiano.

Antes mesmo de *apertar a mão de Eça*, pela primeira e única vez, Bilac saíra em defesa de sua obra, no momento em que subia aos palcos cariocas uma adaptação de *O Crime do Padre Amaro*.² Ainda mal instalado na *Gazeta de Notícias*, o

¹ Publicada em 19 de agosto de 1900, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, à guisa de necrológio, essa crônica de Bilac reaparece em pequena antologia que preparei, recentemente: *Vossa Insolência*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 65-74.

grande jornal de Ferreira Araújo, onde estreara poucos dias antes e onde ainda disputava espaço com o próprio Eça e com Machado de Assis, Bilac condenava a distorção do romance, concedida em nome de uma moral pública pre-sumida. Argumentando de forma técnica a favor da inviolabilidade da obra de arte e do respeito à sua lógica interna ou, de forma ética, contra sua utilização a serviço de uma causa qualquer, o cronista estreante insurgia-se contra sua legibilidade facilitada, sobretudo aquela que tivesse o intuito de proteger um padrão presumível de moral. Arvorando-se defensor da integridade da obra de arte, Bilac, em crônica de estréia, marca posição, exigindo, em meio à argumentação, que se respeitasse a atividade do intelectual e do artista, profissional como outro qualquer.

Ainda que longa, vale a pena transcrever a crônica, oportunamente publicada antes da primeira viagem:

“Não espere o Sr. Fabregas que fique impune o seu crime. Não confie nos aplausos do público, e muito menos nos elogios da crítica: o remorso, sombra implacável, pavoroso espectro, há de colar-se-lhe aos passos e persegui-lo toda a vida.

Se, fazer de uma obra de arte, viva e vibrante, uma obra retórica de propaganda, é cousa que possa passar sem castigo, - então a justiça abalou definitivamente da terra e todos se julgarão com o direito de intercalar meia dúzia de tangos no Hamleto.

Eça de Queirós não quis fazer propaganda anti-clerical no Padre Amaro: o que ele quis fazer e o que fez, foi apanhar de surpresa um cantinho da sociedade portuguesa e passá-lo para três centenas de páginas fortes e eternas, com todos os seus ridículos e todas as suas hipocrisias. Que direito tinha o dramaturgo de acrescentar à obra do romancista um **final** absurdo, que destrói toda a lógica do livro, que adultera e desvia todos os seus intentos?

No romance, o padre Amaro continua a viver, vitorioso e feliz; no drama, um namorado de aldeia desfecha-lhe um tiro de pistola, e, numa pífia tirada retórica, berra à platéia comovida que acaba de livrar a sociedade de um bandido. Quem faz isso, é capaz de transplantar para o palco brasileiro o Otelo, acrescentando-lhe um epílogo em que o mouro, em vez de morrer, faça um discurso veemente, lastimando que não haja lei de divórcio para que os maridos, supondo-se enganados, tenham além do tuez-la, outro meio de castigar as adúlteras.

Ou o dramaturgo não concordou com o final que o romancista deu à sua obra, ou recebeu que a platéia se escandalizasse demais com as escabrosidades da peça e quis moderar o escândalo; no primeiro caso, o dramaturgo só tinha uma cousa a fazer: conceber uma peça original, desenvolvê-la à vontade, dar-lhe o final que mais o encantasse, sem cometer a imprudência

² Ao adaptar de forma moralista o romance de Eça, Augusto Fabregas não imaginava, talvez, o alarido que ia causar. A reação encabeçada por Artur Azevedo, crítico teatral de enorme prestígio naquele momento, associou-se a do cronista Bilac, que considerava Artur como seu padrinho profissional. Ver, neste sentido, necrológio que lhe dedica Bilac, em *Vossa Insolência*, p. 105-111.

O episódio da adaptação teatral de *O Crime do Padre Amaro* está relatado por Arnaldo Faro em *Eça e o Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional-EDUSP, 1977, p. 200-204.

ridí-cula de emendar quem se chama Eça de Queirós; no segundo caso não devia fazer nada: a audácia não tem meio termo - ou não se dá o primeiro passo ou dão-se todos.

As obras de arte como o Crime do Padre Amaro são sagradas: o adaptador do belo romance português incorreu no mesmo crime sem perdão do conhecido poeta brasileiro, que para uso das escolas modificou inteiramente os Lusíadas, por achar pouco compreensível o estilo de Camões.

O Crime do Padre Amaro custou a Eça de Queirós longos anos de trabalho literário, que é o mais nobre, o mais difícil, o mais fatigante, o mais sagrado de todos os trabalhos: não espere o Sr. Fabregas que Eça de Queirós o absolva do seu crime.

Não há artista nenhum que perdoe esse atentado: quando se consegue, com o cérebro fatigado, com todos os nervos dolorosamente irritados, ver acabada a obra em que se pôs todo o ta-lento, toda a mocidade, toda a saúde e toda a alma, não se perdoa que ninguém faça dessa obra uma peça de escândalo, fútil, adulterada, torta, para dar enchentes a um teatro.

Permita-me o Sr. Fabregas esta rude franqueza de quem respeita, acima de tudo, o seu métier: eu não posso achar agradável que ponham roupas de arlequin nos meus ídolos e que, pa-ra fazer uma plantação de couves, ponham abaixo todas as rosas do meu jardim.” (Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 28 abr.1890).

Essa crônica pode ter servido, de forma voluntária ou não, como passaporte perfeito para o encontro de Bilac com Eça em Neuilly. Os redondos vinte anos de idade que separavam o ro-mancista famoso do poeta estreante, colocavam o brasileiro no patamar de admirador inte-lectual, sobretudo se nos lembrarmos de que sua visita era intermediada pela mão generosa de Eduardo Prado, amigo íntimo de Eça e fiador do encontro, e de Domício da Gama, conviva da família deste a temporada dos Queirós na Inglaterra. Se duas décadas exatas punham Eça e Bilac em distância etária razoável, aproximava-os, no entanto, o humor, ainda juvenil do brasileiro, mais maduro, no caso do português.³

Consequência literária desse encontro único documentou-a Heitor Lyra, que transcreve, em *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*, versão galhofeira da história de Inês de Castro, escrita a oito mãos pelo poeta brasileiro, por Eça, sua esposa e sua cunhada, nos serões de Neuilly. No entanto, preocupado apenas com o respeito à integridade do episódio e com a autoria precisa das partes, o historiador passa ao lado dessa brincadeira dessacralizante e pouca atenção dá àqueles versos de extensão variada e dinâmica, permeados de anacronismos, de onomatopéias e de situações absolutamente prosaicas e vulgares. Como, por exemplo, aquela em que se observa D. Inês cosendo meias, sentada num *barquinho de pau* sobre o Mondego, enquanto espera por um esbaforido D. Pedro, que, na pressa de encon-

³ Além do livro de Heitor Lyra, vali-me também, no caso das relações entre Eça e Bilac, da biografia de Eduardo Prado, escrita por Cândido Motta Filho: *A vida de Eduardo Prado*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1967.

trar sua amada, *derreou seis corcéis, engoliu os espaços. / Telefonou, / Telegrafou, / correu, suou, / Voou!...* (p. 292). O ponto alto da troça, no entanto, ocorre durante um banquete permissivo no qual se farta D. Pedro, excitado diante de um cortejo de pratos preparados *pelas mãos ingentes / da que depois de morta foi Rainha*. Não bastassem o carinho conjugal e a profusão das azeitonas, das batatinhas bem assadas e louras, das saladas de alface e de cenoura, da açorda de alho, do *leitãozinho assado com perícia*, da *divina cabidela*, da *lampreia guisada*, do *presunto sublime de Lamego*, dos doces e dos pastéis, D. Pedro se permite ainda misturar carne com peixe, bem como avançar em delícias futuras: *Depois o Infante, todo recostado, / Saboreou com um sorriso farto e aberto, / Café que ainda não fora descoberto / E charuto que depois foi inventado...*⁴

Apesar do caráter brincalhão desses versos, que contraria a pompa camoniana e rebaixa um dos mitos portugueses mais caros, a memória geral do encontro, mais tarde recuperado pela pena de Bilac, quando da morte de Eça, em 1900, salienta menos a irreverência do escritor português do que sua maturidade burguesa. Para Bilac, aquele Eça de 1890, que já ficara conhecido como *fiel e aspérrimo discípulo do realismo*, como dele disse Machado, em crítica famosa, aque-le Eça mostrava-se contido, por fora e por dentro. Por fora, aparentava *sóbria e fina elegância de gentil-homem, sem uma nota espalhafatosa no vestuário, sem uma afeição no dizer*. Naquela década distante e rodeado pela família num bairro calmo da capital francesa, continua Bilac, o romancista que castigara a choldra lusitana *já não era /.../ o leão da moda, célebre pelas suas gravatas e o "blagueur" impenitente, célebre pelos seus paradoxos*. (*Gazeta de Notícias* (RJ), 19 ago. 1900).

Em 1890, afirma o visitante brasileiro, *já o amor e a felicidade doméstica haviam trans-formado o espírito do prodigioso escritor*. Diante de si, Bilac tinha agora um intelectual mais ponderado e mais preocupado com a forma, com a *reversão à primitiva pureza dos clássicos*, com o *culto fanático do estilo*, enjoado dos barbarismos deliberados e decidido a transformar seu estilo em *ouro puro, trabalhado como uma custódia de Benvenuto Cellini*. Desse encontro, o poeta brasileiro, que acabara de alcançar repercussão nacional com seus poemas parnasianos, publicados em 1888, retivera uma visão rigorosa e minuciosamente lingüística e formal, dentro da qual não falta nem mesmo a imagética das pedras preciosas ou da miúda e brilhante tecelagem chinesa. Lembrando-se de que, pouco antes de 1890, a *Gazeta de Notícias* publicara a novela *O defunto* de Eça, Bilac comenta:

⁴ O encontro de Bilac com Eça, em Paris, está relatado por Heitor Lyra em *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*, pref. de Maria d'Eça de Queiroz, Lisboa, Livros do Brasil, 1965, p. 283-301 e 312-315.

“Ali, naquela Bíblia da moderna língua portuguesa, quando um verbo chama o substantivo, e se amalgama com ele na estrutura da oração, - logo um adjetivo, o próprio, o verdadeiro, o **único**, aparece a ocupar o seu lugar. Tudo aquilo é firme, é miúdo, como a trama de uma seda de Macau.

Para escrever assim, é preciso pensar, sofrer, suar e gemer sobre o papel, numa agonia inominável; é preciso matar os olhos e espírito no labor acurado, como um lapidário os mata no desbastamento das sessenta e seis faces de um brilhante.” (Gazeta de Notícias (RJ), 19 ago. 1900).

E, como se ainda fosse necessário enfatizar o esmero de Eça no tratamento estilístico da língua portuguesa, Bilac recorre à figura do parnasiano francês Heredia, dele aproveitando verso que exalta a atitude de Frei Juan de Segovia que, agonizante, ainda cinzelava *em ouro um ostensório*. No final da crônica, o frei espanhol entrava em cena para acolitar e reforçar a evocação a Benevuto Cellini, o escultor, linhas acima.

Em suma, o Eça que Bilac tivera o prazer de encontrar uma única vez na vida, justamente num espaço de desterro intelectual preadíssimo de ambos, não era o romancista que, anos antes, enrubescera a burguesia portuguesa, mas o Eça que investia pesado na defesa do patrimônio linguístico herdado, como instrumento possível de identidade nacional.

Anos mais tarde, no ano de 1904, Bilac toca de novo em Portugal, em sua segunda viagem à Europa.

Desta vez, além de uma visita à estátua de Eça, no Largo do Barão de Quintela, o cronista detém-se nas recentes reformas urbanas de Lisboa, que a adornaram de *ruas largas e admiráveis, que se estendem à beira do Tejo, facilitando as comunicações, e rejuvenescendo a velha urbe pombalina*. (Gazeta de Notícias (RJ), 08 jun. 1904). Empolgado com as reformas urbanas do Rio de Janeiro, que, sob o comando de Pereira Passos e de Paulo de Frontin, mal haviam começado, Bilac toma o novo traçado lisboeta como sinônimo necessário de progresso, tese que virá defender, durante anos, através das páginas da *Gazeta de Notícias*, em sua campanha pela reforma da cidade do Rio. De seu ponto de vista, o novo desenho da capital portuguesa decretaria, por força, a morte do provincianismo local e, no fundo, poderia funcionar como estímulo matricial às reformas em andamento no Rio de Janeiro.

Se o traço novo de Lisboa permite-lhe expor em público sua confiança na correlação necessária entre cosmopolitismo e reurbanização, uma de suas obsessões fora do plano literário, é diante da estátua de Eça, no entanto, desaparecido quatro anos antes, que o cronista vai revelar o que mais o atrai no autor de *Os Maias*: sua ironia.

É bem verdade que o grosso da crônica detém-se na construção do espaço e do tempo, dados circunstanciais que preparam e acentuam a presença isolada do sólido bloco de granito no qual estão representados a Verdade e o escritor. Num lugar meio afastado e silencioso, beneficiado por *movimento comercial insignificante*, o cronista brasileiro admira a estátua, plantada contra um casario baixo, escuro e muito mal iluminado por um *lunar desmaiado e suave, que acentuava com o seu clarão mortiço a velhice e a tristeza das cousas*. (*Gazeta de Notícias* (RJ) 12 jun. 1904). Ao longe, debruando o conjunto escultórico, as luzes da cidade moderna fundem-se aos sons urbanos como que num esforço para acentuar, por contraste, a calma do Largo do Barão de Quintela.

A descrição paciente do bloco em que se entrelaçam o escritor e a Verdade não tem outro objetivo senão o de preparar o leitor para a entrada dos parágrafos finais da crônica. Por meio dessa estratégia estrutural, iniciada com uma interrogativa retórica, o cronista estende-se sobre os efeitos da ironia, com o intuito tortuoso de sugerir identidade de comportamento que o ligue ao escritor português. E se a sugestão de identidade pode parecer presunçosa, que reste, ao menos, a de modelo.

“Que foi a ironia de Eça de Queirós, senão um disfarçado desespero de todo o artista diante do mistério impenetrável da existência? O homem, afinal, é apenas uma criança adulta... E nós todos somos como as crianças e como os animais, que dilaceram e magoam o que não podem compreender...”

De certos escritores, é hábito dizer que perdem o coração à medida que apuram o cérebro. Realmente, nada parece a princípio mais cruel, mais privado de bondade, mais despido de “humanidade” do que o ofício desses pensadores de eleição, que se comprazem em analisar misérias e ridículos, pondo a nu todas as chagas morais dos seus semelhantes, remexendo todos os seus sofrimentos e insultando a sua fraqueza ou rindo da sua miséria...

Quem mais sofre, porém, nessas duras análises, é sempre o analista. O sorriso cético e frio que lhe enrugam os cantos da boca, é apenas o disfarce da sua agonia. O desejo de alcançar a verdade e a perfeição é a sua fortuna e o seu castigo.” (*Gazeta de Notícias* (RJ) 12 jun. 1904).

Entre os biógrafos de Bilac, Raymundo Magalhães Jr. é aquele que menos se compromete, ainda que seu livro padeça do mesmo defeito visceral que quase inutiliza suas outras biografias: a informação documental duvidosa, que jamais permite sua verificação e sua comprovação, dado o péssimo hábito de sonegar a precisão das fontes. Com cuidado, com muito cuidado, no entanto, é possível abastecer-se de dados profissionais, pelo menos como ponto de partida a ser, mais tarde, conferido. Desta segunda viagem à Europa, Raymundo Magalhães destaca

apenas, no que se refere à escala em Lisboa, o interesse do cronista em negociar a publicação de seu terceiro livro de prosa, *Crítica e Fantasia*, cuja primeira edição acabou saindo pela Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, ainda em 1904.⁵ Antes, em prosa e de autoria individual, haviam saído *Crônicas e Novelas*, em 1894, e *Contos para Velhos*, em 1897, escondidos sob o pseudônimo de Bob. Os interesses do cronista, nesse momento, ainda se limitavam à sua afirmação e à sua con-solidação, no campo literário e intelectual.

Mais de dez anos depois, em plena Primeira Grande Guerra, Bilac ainda volta ao continente europeu, duas vezes: em 1914 e 1916. Nesta derradeira viagem, recolheria ele, de forma apoteótica, os resultados de seus freqüentes contactos anteriores com a inteligência portuguesa. Em clima inteiramente diverso, no qual ainda se respirava a excitação residual da im-plantação republicana de 1910 e já se angustiava com a recente adesão de Portugal à guerra, ao lado do Aliados e em nome dos valores latinos, homenageava-se mais o ideólogo do nacionalismo brasileiro que o poeta parnasiano das *Panópias*, *Via-Lactea* e *Sarças de fogo*, seus livros de 1888.

Esmiúçar um pouco o conjunto das reverências que lhe foram prestadas pela revista *Atlântida*, entre os dias 30 de março e 3 de abril de 1916, ajuda talvez a compreender melhor os objetivos da homenagem, bem como o contexto pessoal e geral que se criara em torno. Já desde o ano anterior, quando Bilac dera início à sua pregação cívica e militar, a revista *Atlântida* dava cobertura às suas atividades de propagandista, logo em seu segundo número, de 15 de dezembro de 1915. Em números subseqüentes, como o de fevereiro ou de outubro de 1916, há inserções ou artigos a respeito da campanha pelo Serviço Militar Obrigatório, que já corria solta no sul do Brasil. O número 12 da revista, de outubro de 1915, traz até mesmo fotografias de Bilac em plena tarefa de conscientização cívica.

É nesse contexto, pois, de reforço do militarismo, estimulado ainda pela crença, generalizada na Europa, de que a guerra em andamento representava a resistência do espírito latino contra a barbárie germânica, que Bilac é recebido em Lisboa. Como autêntico porta-voz de uma latinidade americana, bastião último capaz de enfrentar a insanidade germânica que tanto ameaçava a espiritualidade latina encarnada e defendida pela França.

Entre as tantas entrevistas concedidas a periódicos lisboetas, assim que desembarca na capital portuguesa, proveniente de Paris, destaquem-se trechos de uma delas, concedida ao jornal *A Capital*, em 26 de março de 1916, nos quais ficam patentes sua latinofilia e a defesa da nacionalidade brasileira, sobretudo a dos nossos estados meridionais, posta em questão por causa de sua farta população

⁵ Raymundo Magalhães Jr., *Olavo Bilac e sua época*, Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1974, p. 254-265.

de imigrantes de origem germânica. Exatamente aqueles Estados, cujos do-mínios seriam por ele visitados, em breve, em campanha que cobriu o Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, entre outubro e novembro de 1916.

Na abertura da entrevista, a repórter Virgínia Quaresma, confessando-se cativa de sua poesia, conduz a conversa, de preferência, no rumo de temas políticos e concede, apenas no final, uma brecha para a literatura. Assim, diante da posição brasileira perante o conflito em curso, Bi-lac responde:

“O Brasil é francófilo, absolutamente francófilo. É a sua raça, a sua cultura, é a sua alma, enfim, que o levam a abraçar, neste grande momento histórico e através a imensidade do Atlântico, os destinos sagrados da França...”

À pergunta sobre uma suposta germanização do Estados do Brasil meridional, a negação é taxativa:

“Não é verdade, não. Efetivamente, a colônia alemã é importante nesses Estados e um fator do seu desenvolvimento econômico, mas aí, como em todo o país, vive [sic] intacta a consciência, o sentimento nacional. Não, pode desassombradamente declarar, os Estados a que se refere, felizmente, não estão germanizados.”

E o Sr. acha que o Brasil deveria adotar uma política de povoamento baseada na *seleção de raças*?

“Não, responde rápido o entrevistado. Entendo que devemos receber colonos de todas as raças, de todos os povos, mantendo assim as nossas tradições de liberalidade. Mas entendo também que o problema do povoamento se não impõe agora como uma das questões nacionais mais urgentes, mais inadiáveis. A nossa população é de vinte e cinco milhões e, por enquanto, essa chega-nos.”

Então, retruca a jornalista, o que é que de urgente se impõe nesse momento?

“Uma campanha, uma intensa propaganda para desenvolver o espírito de coesão nacional, retorna Bilac. Eu sei muito bem, estou intimamente convencido, que em cada brasileiro se encontra um ardente patriota, mas acho imperioso que se trabalhe para conseguir a unificação, a comunhão do ideal de nacionalidade.”

E é exatamente para essa pregação que se prepara o visitante, que promete:

“Logo que chegar ao Brasil, [fazer conferências em campanha] será o meu primeiro cuidado, a minha primeira atenção. Após 15 dias de repouso no Rio, seguirei para os

Estados de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, a fim de dar início à minha missão.”

Missão em que se incluem, necessariamente, ajunta ele, a difusão do ensino primário, a expansão do ensino profissionalizante e o serviço militar obrigatório, cuja função, por mais para-doxal que possa parecer, é exatamente a de evitar qualquer tipo de conflito, segundo seu racio-cínio:

“O ensino militar obrigatório impõe-se sob todos os aspectos e as suas conseqüências nunca poderão ser senão excelentes. A Argentina há cerca de vinte e cinco anos que o adotou e, desde então, na sua vida não se registra uma revolução, a mais pequena sublevação. Compreende-se que, tendo recebido igualmente todos os cidadãos o ensino militar, se receiem e se respeitem mutuamente.”

Armado dessa argumentação pedagógico-castrense, Bilac entra numa Lisboa que, cerca de vinte dias antes, havia declarado guerra ao adversário alemão e que, portanto, estava ávida para ser confirmada, legitimada e reconhecida em sua beligerância, sobretudo se esse reconhecimento viesse de um intelectual, de um poeta da mesma língua e da mesma extração cultural. A fusão do político e do ideológico com o poético não poderia ter ocorrido em momento mais que adequado. No conagração dessas esferas, intercambiavam-se prestígios específicos, em benefício de ambos os lados, como bem se pode avaliar a partir desta nota da redação da revista *Atlântida*:

“Durante a sua recente permanência em Lisboa, Olavo Bilac foi alvo das mais significativas homenagens de admiração e carinho por parte de todas as classes sociais. O chefe do Estado quis ter a honra de o sentar à sua mesa, oferecendo-lhe um jantar íntimo em que foram igualmente convivas algumas ilustres personalidades literárias e o diretor da *Atlântida*, dr. João de Barros. Domingo, 26 de março, realizou-se em honra do presidente da República uma grandiosa manifestação popular, a propósito da entrada de Portugal na guerra europeia. O cortejo, composto de muitos milhares de pessoas, foi desfilar perante o edifício da câmara municipal, em cuja varanda estava o dr. Bernardino Machado, os membros do governo e os ministros das nações aliadas. Pouco antes, passara em frente do Avenida Palace e como a multidão descortinasse a uma das janelas Olavo Bilac, que presenciava o desfile, ergueram-se de todas as bocas, frementes de entusiasmo, vivas calorosos ao Brasil, à República irmã e ao seu grande poeta. Foram alguns minutos de inolvidável comoção. As salvas de palmas estrugiram, os chapéus e os lenços agitaram-se no ar, todos pararam voltados para Bilac surpreendido com aquela admirável demonstração de afeto à sua gloriosa pátria. O eminente lírico agradeceu profundamente sensibilizado, erguendo um Viva a Portugal.

No dia 28, três dos jornais noturnos de Lisboa, A Capital, O Século e A Opinião, inseriam interessantes entrevistas com Olavo Bilac acerca da atitude do Brasil em face da presente situação internacional.” (*Atlântida* (Lisboa), nº 6, 15 abr. 1916).

Afora o Presidente da República, quem mais cercou, afagou, aplaudiu, incitou e endossou aquele homem de prestígio social e intelectual, solidamente plantado em seu país?

Quem mais adulou aquele poeta?, que ajudara a fundar a Academia Brasileira de Letras, em 1896; que assumira o lugar do cronista Machado na *Gazeta de Notícias*, em 1897; que, na qualidade de jornalista, fizera parte da comitiva do Presidente Campos Sales em sua visita à Argentina, em 1900; que fora apontado delegado brasileiro pela *Alliance Latine* de Paris, junto às festas de Renan, em 1903; que fora designado pelo Barão do Rio Branco, em 1906, para secretário da 3ª Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro, durante a qual secretariou Joaquim Nabuco; que, no Rio, fora homenageado por banquete de admiradores, em 1907, quando suas *Poesias* iam completar vinte anos de edição; que, no ano seguinte, fora convidado pelo prefeito do Rio de Janeiro, Sousa Aguiar, para orador oficial da inauguração do Teatro Municipal; que fora nomeado delegado brasileiro junto à 4ª Conferência Pan-Americana, reunida em Buenos Aires, em 1910; que havia sido escolhido, de modo consagrador, “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, em concurso promovido pela *Fon-Fon*, em 1913.

Quem mais cercou e festejou aquele escritor reconhecido que, até aquele momento, era autor de diversos livros individuais ou em colaboração, como *Poesias* (1888), *Crônicas e Novelas* (1894), *Contos para Velhos* (1897, sob o pseudônimo de Bob), *Pimentões* (1897, com Guimarães Passos), *A Terra Fluminense* (1898, com Coelho Neto), *Lira Acaciana* (1900, com Alberto de Oliveira e Pedro Tavares Jr.), *Livro de Leitura* (1901, com Manuel Bonfim), *Crítica e Fantasia* (1904), *Contos Pátrios* (1904, com Coelho Neto), *Guide des États Unis du Brésil* (1904, com Guimarães Passos e Souza Bandeira), *Livro de Composição* (1904, com Manuel Bonfim), *Tratado de Versificação* (1904, com Guimarães Passos), *Poesias Infantis* (1904), *Teatro Infantil* (1905, com Coelho Neto), *Conferências Literárias* (1906), *Através do Brasil* (1910, com Manuel Bonfim), *A Pátria Brasileira* (1911, com Coelho Neto), para mencionar apenas uns poucos.

Que motivações recíprocas poderiam estar em curso durante aqueles dias, em Lisboa, quando Bilac foi recebido, de forma oficial, pela Academia de Ciências, foi homenageado pela *Revista Atlântida* e pronunciou conferência em pleno Teatro da República? Que motivos provocavam tantas comemorações, enfim?

Pelo visto, o reforço da lusitanidade e da latinidade, através da defesa do idioma, miolo, por sua vez, dos nacionalismos a galope, nos dois países.

A presença significativa de alguns nomes do círculo político, governamental e intelectual luso-brasileiro, bem como a leitura atenta dos vários discursos pronunciados durante as solenidades permitem essa conclusão, sem prejuízo de outras.

Depois de ouvir os discursos de recepção na Academia de Ciências de Lisboa, onde foi recebido na noite de 30 de março de 1916, a resposta de Bilac pauta-se pela defesa do tradicionalismo e do nacionalismo: *Sempre fui um tradicionalista, sem ser um retrógrado*, admite ele, acrescentando: *Este meu tradicionalismo não é incompatível com o meu nacionalismo*. (*Atlântida*, nº 6, 15 abr. 1916. p. 571).⁶

Avalista mor desse comportamento em que Bilac não enxerga discrepância é a figura avoenga de José Bonifácio de Andrade e Silva, que, segundo sua lembrança expressa no discurso, partira daquela mesma Casa de letras e de ciências em 1819 para, poucos anos depois, tornar-se o Patriarca da Independência brasileira, sem que isso lhe arranhasse o prestígio pessoal, político e científico.

Na presença de figuras proeminentes como Cândido de Figueiredo, Júlio Dantas, João de Barros, Fidelino de Figueiredo, Edgar Prestage e João Lúcio de Azevedo, Bilac reitera seu nacionalismo aceso, através de forte metaforização botânica, que não admite *plantas inferiores*, de aparência parasitária, errática ou aérea como as algas, as aeróbias e as epífitas. No âmbito de sua imagética botânica, cabem apenas as *grandes e belas árvores, de longas e profundas raízes*, que se aferram ao *mais remoto e secreto seio da terra, no âmago do solo consagrado pelos tempos, regado pelo suor, fecundado pelas lágrimas, lavrado pelo sacrifício de muitas gerações de trabalhadores*. (*Atlântida*, nº 6, 15 abr. 1916. p. 573). Logo depois desta afirmação, ao emparelhar a Academia com *bosques sagrados* (id. p. 573), o homenageado prolonga a metáfora, recua aos tempos helênicos e mais uma vez puxa à memória o século 18, como o fizera quando mencionara a formação intelectual de José Bonifácio, homem do Iluminismo e elemento de ligação entre Portugal e Brasil, na medida em que esse *nosso pró-homem não renegava a metrópole amamentadora do seu espírito*. (*Atlântida*, nº 6, 15 abr. 1916, p. 572). Com essas lembranças sussurrando no ouvinte, arma-se o quadro preferencial em que se aliam razão e sentimento, ciência e poesia, Europa e América, Grécia clássica e Iluminismo, século 18 brasileiro e vontade de emancipação política, reverência e independência. Nada mau para quem se via recebido como cultor de poesia, da língua e da história.

O banquete que lhe ofereceu a *Atlântida*, na noite seguinte, foi o ápice.

⁶ Mais tarde, esse discurso reaparece publicado em *Últimas conferências e discursos*, obra póstuma, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1924.

Na notícia que a revista traz, em meados de abril, é de se notar que um *busto da República* presidia a sessão de 31 de março, como que injetando autoridade, prestígio nacional e institucional à cerimônia.

Rodeado por nomes como Henrique Lopes de Mendonça, presidente da Academia de Ciências de Lisboa e daquela sessão; Fernandes Costa, Ministro do Fomento; Major Pinto Maia, secretário geral da Presidência da República; Manuel Monteiro, presidente da Câmara dos Deputados e Pedro Martins, Ministro da Instrução, Bilac ouviu prolongados discursos nos quais a tônica eram:

- o perigo que rondava a civilização contemporânea;
- o embate entre *o espírito nórdico, a um tempo nebuloso e duro, e o espírito meridional, luminoso e sutil* (p. 575);
- a superioridade latina sobre a barbárie germânica;
- a pujança da civilização greco-latina;
- a *imortalidade da nossa raça* (p. 576);
- a estreita vinculação familiar ou fraterna entre Portugal e Brasil;
- o desdobramento da cultura lusitana do outro lado do Atlântico;
- a garantia de sua continuidade americana.

A esses tópicos, ressaltados aqui e ali, em meio aos nove discursos, Bilac responde de forma extensa, fincando posição que atenua bastante seu passado de poeta parnasiano e remobiliando esse espaço disponível com a defesa da língua como veículo eterno e imutável de expressão.

Depois de percorrer rapidamente o curso da literatura portuguesa, desde os trovadores até o naturalismo de seu adorado Eça e o lirismo de João de Deus ou de Guerra Junqueiro, curso do qual afasta, matreiro, o parnasianismo, o conferencista da noite insiste no enquadramento da sintaxe como fenômeno imutável da língua, mesmo que, eventualmente, ela se adorne *como as mulheres, que vestidas com pureza e simplicidade, são enlevo para todos os olhos artistas e para todas as almas finas...* (*Atlântida*, nº 6, 15 abr. 1916, p. 595).

No seu modo de entender a veiculação da língua, a defesa intransigente da intimidade sintática do idioma evitaria sobressaltos mais amplos no momento em que estivessem *em jogo a existência e a liberdade, a honra e o futuro de todas as nacionalidades, disseminadas pela Europa e pela América, nascidas da antiga civilização do Mediterrâneo, irmanadas pela arte e pela filosofia, e ligadas pela afinidade dos idiomas brotados do tronco do Lácio...* (*Atlântida*, nº 6, 15 abr. 1916, p. 595).

Daí, por exemplo, afirmar de modo surpreendente para quem cultivara o parnasiansimo com tanta paixão: *Nesta época, a arte pela arte seria uma monstruosidade moral.* (*Atlântida*, nº 6, 15 abr. 1916, p. 592).

Surpreendente, em termos, essa rejeição, no entanto. Surpreendente para quem não sabia que esse caminho vinha sendo preparado há algum tempo. Um ano, pelo menos, antes desse dis-curso, o “Parecer” que recomendava a candida-

tura de Olavo Bilac à Academia de Ciências de Lisboa já carregava nas tintas da defesa nacional através do idioma.⁷ Segundo a argumentação de quem o assinava, impunha-se o acolhimento a um candidato que tanto crescera diante de todos como defensor do idioma português e cujo *extremoso carinho filial pelo patrimônio idiomático, legado pelos pioneiros da Europa à terra maravilhosa de Santa Cruz*, já ficara mais que de-monstrado. Através de Bilac, reza o “Parecer”, estaria garantida a sobrevivência da língua e, por extensão, a de Camões, poeta máximo da identidade lusitana. Menos que ao poeta brasileiro, por-tanto, que não precisava de quem o defendesse, defendia-se ao defensor da língua.

Quem argumenta nesse sentido é quem assina o “Parecer”: Henrique Lopes de Mendonça, naquele momento o presidente da Academia de Ciências de Lisboa. Sua assinatura, persuasiva em si pelo cargo que ocupava, era ainda rodeada de outros nomes tão relevantes e consolidados quanto o seu.

Um alargamento explicativo do significado institucional e político desses nomes, que, in-felizmente não cabe nos limites desta introdução, talvez ressaltasse melhor a relevância política e ideológica destas relações de Bilac com o poder português daquele então. Porque, afinal de con-tas, não se pode tomar como de-sinteressada e inocente uma recomendação acolitada por nomes como o de Teófilo Braga, A. Brancaamp Freyre, Júlio Dantas e Cândido de Figueiredo.

Aquela rejeição ao dogma parnasiano da “arte pela arte” não fora senão um momento propício para Bilac reafirmar sua combatividade nacionalista, agora ancorada sobre a defesa da integridade da língua que nos é comum. Defesa que se encaixava como luva nos interesses ideológicos dos dois lados do Atlântico português, quando - temia-se - o fantasma bosche amea-çava a sobrevivência latina, fora das fronteiras portuguesas e dentro das brasileiras. Tanto que Bilac embarca para o Rio Grande do Sul, meses depois de encerrado esse circuito europeu, com o objetivo explícito de convocar os gaúchos para *a construção de uma imensa e gloriosa mura-lha circular, guardando o sagrado páramo, em que circula a nossa história*.⁸

Com a viagem ao extremo sul do Brasil, entre outubro e novembro de 1916, fechava-se o círculo atlântico que, ao norte, começara com as festas lisboetas, patrocinadas pela revista *Atlântida*, cujo ato de fundação apostava em *falar a mesma língua, representar a mesma lusitana estirpe, ter uma fórmula comum de civilização*.⁹ Poucos anos depois, com a eclosão da Semana de Arte Moderna e seus desdobramentos, verifica-se que a aposta não deu certo.

⁷ O manuscrito do “Parecer” que recomenda Olavo Bilac à Academia de Ciências de Lisboa, datado de 03 de junho de 1915, encontrei-o na pasta referente ao poeta, nos arquivos da Academia de Lisboa, em pesquisa financiada, tempos atrás, pela Fundação Gulbenkian e pela FAPESP, instituições às quais devo meus agradecimentos. Também os jornais e as revistas portuguesas consultadas resultam dessa pesquisa.

⁸ O. Bilac, *Últimas conferências e discursos*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1927, p. 183. “Ao Rio Grande do Sul”.

Aliás, como demonstra ensaio recente, nesse mesmo momento já se punha em dúvida essa fraternidade transatlântica esteada na língua. Pelo menos é o que se entrevê nos artigos esparsos da *Revista do Brasil*, periódico criado em defesa de uma nacionalidade que emergia com força, de novo, às margens do Ipiranga.¹⁰

São Paulo, abril de 1999.

⁹ Estas palavras constam da nota de apresentação da revista, fundada por João de Barros e João do Rio. Mais tarde, João de Barros recolheu-as em *Presença do Brasil*. Páginas escolhidas (1912-1946), Pref. de Ribeiro Couto, Lisboa-Rio: Livros do Brasil-Livros de Portugal, s.d., p. 73.

¹⁰ Refiro-me ao ensaio de Tânia Regina de Luca: *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para uma (N)ação*, São Paulo, Edições da UNESP, 1999.

Por outro lado, uma série substancial de documentos sobre nacionalismo lingüístico foi recolhida por Edite Pimentel Pinto em antologia bem abrangente: *O português do Brasil*. Textos críticos e teóricos, Rio de Janeiro: LTC, São Paulo: EDUSP, 1978. 2. v.

